

RESOLUÇÃO Nº 28/2005 - REVOGADA

(Publicado o Diário Oficial de 02 e 03/04/2005)

Ratificada e Retificada pela Resolução nº 29/08.

Alterada pelas Resoluções nºs 17/12, 32/14 e 36/17.

Ver Resolução nº 36/17, que alterou os dados cadastrais em face de modificações na estrutura legal e societária.

Alterada pela Resolução nº 018/23.

Revogada pela Resolução nº 035/23.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à CALÇADOS MALU BAHIA LTDA.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., CNPJ nº 87.018.768/0015-76 e IE nº 143.864.266NO, a se instalar no município de Alagoinhas, neste Estado, os seguintes benefícios:

Nota: A redação atual do *caput* do art. 1º foi dada pela Resolução nº 36 de 19/12/17, DOE de 21/12/17, efeitos a partir de 21/12/17.

Redação anterior dada ao *caput* do art. 1º pela Resolução nº 17 de 28/08/12, DOE de 19/09/12, efeitos de 19/09/12 a 20/12/17:

“Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., CNPJ nº 87.018.768/0001-70 e Inscrição Estadual nº 100.148.547NO a se instalar no município de Alagoinhas, neste Estado, os seguintes benefícios:”

Redação originária, efeitos até 18/09/12:

“Art. 1º Conceder, “*ad referendum*” do Plenário, à indústria CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., CNPJ nº 87.018.768/0001-70 e Inscrição Estadual nº 100.148.547NO a se instalar no município de Alagoinhas, neste Estado, os seguintes benefícios:”

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., CNPJ nº 87.018.768/0015-76 e IE nº 143.864.266NO, nas operações de saídas de calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir de 22 de dezembro de 2008 e com prazo final em 21 de dezembro de 2023,

Nota: A redação atual do inciso “I” do art. 1º foi dada pela Resolução nº 32 de 23/09/14, DOE de 27 e 28/09/14, efeitos a partir de 27/09/14.

Redação anterior dada ao inciso “I” do art. 1º pela Resolução nº 29 de 17/12/08, DOE de 20 e 21/12/08, efeitos de 20/12/08 a 26/09/14:

“I - Crédito Presumido - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., CNPJ nº 07.020.906/0001-17, nas operações de saídas de calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.”

Redação originária, efeitos até 19/12/08:

“I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente, o percentual do Crédito Presumido a ser utilizado pela CALÇADOS MALU BAHIA LTDA., nas operações de saídas de calçados, pelo prazo de 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.”

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 1º de abril de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO
Presidente